



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

OFÍCIO/SJMRI Nº 0152/2023

Em 1º de junho de 2023

Ao
Excelentíssimo Senhor
PAULO LANDIM
Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Araraquara
Rua São Bento, 887 – Centro
14801-300 - ARARAQUARA/SP

Senhor Presidente:

Pelo presente, tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos da Lei Orgânica do Município de Araraquara, para apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei que altera a Lei nº 8.716, de 11 de maio de 2016, de forma a possibilitar a realização de campanhas de adoção de animais domésticos, no Centro de Adoção Permanente “Cão Gabriel”, por protetores de animais cadastrados na Coordenadoria Executiva de Bem-Estar Animal, e dá outras providências.

A propositura ora apresentada tem por objetivo inserir Capítulo II-A na Lei nº 8.716, de 2016, de modo a possibilitar a utilização do Centro de Adoção Permanente “Cão Gabriel”, localizado no Parque Infantil, para campanhas de adoção de animais domésticos realizadas por protetores de animais cadastrados junto à Coordenadoria Executiva de Bem-Estar Animal, a serem realizadas no último sábado de cada mês. A pauta é defendida pelo Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais.

Tais campanhas de adoção, que deverão ter identificação visual própria, só poderão disponibilizar animais saudáveis, castrados, microchipados e vacinados.

Este projeto de lei assinala algumas obrigações ao protetor de animais responsável pela campanha de adoção, quais sejam:

- enviar à Coordenadoria Executiva de Bem-Estar Animal, até 5 (cinco) dias antes da data pretendida, a lista dos animais que participarão da campanha, bem como os dados relativos à microchipagem e à carteira de vacinação de cada um; após a realização da campanha, o protetor responsável deverá informar à Coordenadoria Executiva de Bem-Estar Animal quantos e quais animais foram adotados;
- retirar, junto à Coordenadoria Executiva de Bem-Estar Animal, a chave do espaço 1 (um) dia antes do evento, bem como sua devolução no 1º (primeiro) dia útil seguinte;
- proceder à limpeza, à manutenção, à abertura e ao fechamento do espaço utilizado, sob as penalidades legais.

Além disso, aproveitamos o ensejo para, na Lei nº 8.716, de 2016: (i) adequar a terminologia relativa às “campanhas de adoção de animais domésticos”, outrora referidas como “eventos de adoção de animais domésticos”; e (ii) atualizar o órgão público municipal responsável pela temática: a Coordenadoria Executiva de Bem-Estar Animal do Gabinete do Prefeito Municipal.

PROTÓCOLO 5455/2023 - 01/06/2023 17:15 - PROCESSO 206/2023



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Assim, tendo em vista a finalidade a que o Projeto de Lei se destinará, entendemos estar plenamente justificada a sua apresentação, por certo, irá merecer a aprovação desta Casa de Leis.

Finalmente, por julgarmos esta propositura como medida de urgência, solicitamos seja o presente Projeto de Lei apreciado dentro do menor prazo possível, nos termos do art. 80 da Lei Orgânica do Município de Araraquara.

Valemo-nos do ensejo para renovar-lhe os protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

EDINHO SILVA
Prefeito Municipal

PROTÓCOLO 5455/2023 - 01/06/2023 17:15 - PROCESSO 206/2023



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

PROJETO DE LEI Nº

Altera a Lei nº 8.716, de 11 de maio de 2016, de forma a possibilitar a realização de campanhas de adoção de animais domésticos, no Centro de Adoção Permanente “Cão Gabriel”, por protetores de animais cadastrados na Coordenadoria Executiva de Bem-Estar Animal, e dá outras providências.

Art. 1º A ementa da Lei nº 8.716, de 11 de maio de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Regulamenta as campanhas de adoção de animais domésticos no município de Araraquara e dá outras providências.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.716, de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Esta lei regulamenta as campanhas de adoção de animais domésticos promovidos no município de Araraquara, com o objetivo de conter o avanço populacional de animais e diminuir o abandono e os maus tratos.

Art. 2º É vedada a realização de qualquer campanha de adoção de animais domésticos em praças, ruas, parques e outras áreas públicas do município de Araraquara.

Parágrafo único. Excetuam-se das vedações previstas no “caput” deste artigo os eventos de adoção previamente autorizados pelo órgão público competente, desde que observadas as exigências desta lei.

CAPÍTULO II

DAS CAMPANHAS DE ADOÇÃO

Art. 3º Na realização das campanhas de adoção é obrigatório o cumprimento das disposições da Resolução do Conselho Federal de Medicina Veterinária nº 1.069, de 27 de outubro de 2014, bem como qualquer outra que venha alterá-la ou substituí-la.

Art. 4º É permitida a realização de campanhas de adoção em estabelecimentos legalizados.

§ 1º A campanha só poderá ser realizada sob responsabilidade de pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, sem fins lucrativos, mantenedoras ou responsáveis por cães e gatos.

§ 2º Para a identificação da entidade, associação, instituição ou pessoa promotora da campanha, é necessária a afixação de uma placa, em local visível, no espaço de realização do evento de adoção, contendo o nome da entidade com o respectivo telefone de contato.

§ 3º “Pet shops” e clínicas veterinárias podem promover campanhas de adoção de animais domésticos, desde que haja identificação do responsável



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

pela atividade, no local de exposição dos animais, atendendo -se as exigências previstas no § 2º deste artigo.

§ 4º Os animais disponíveis para adoção devem estar saudáveis, castrados e microchipados, conforme orientação da Coordenadoria Executiva de Bem-Estar Animal do Gabinete do Prefeito Municipal, e submetidos:

I – a controle de endo e ectoparasitas; e

II – ao esquema de vacinação conforme respectiva faixa etária, mediante apresentação da carteirinha de vacinação.

Art. 5º

§ 3º No termo de adoção deve constar o número do microchip do animal; será feita a leitura do microchip durante o preenchimento do contrato e esse deve constar tanto na via do adotante como na via do doador, para que posteriormente seja feita a transferência de Responsabilidade e Guarda pelo animal adotado, no âmbito do programa desenvolvido pela Coordenadoria Executiva de Bem-Estar Animal do Gabinete do Prefeito Municipal.

§ 4º Após cada campanha de adoção, o responsável deverá comparecer à Coordenadoria Executiva de Bem-Estar Animal do Gabinete do Prefeito Municipal para apresentar os números dos microchips e os dados dos tutores que adotaram animais na campanha para o devido cadastro no programa.

Art. 6º Nas campanhas de adoção é obrigatória a presença de um médico veterinário responsável.

CAPÍTULO II-A

DA UTILIZAÇÃO DO CENTRO DE ADOÇÃO PERMANENTE “CÃO GABRIEL” POR PROTETORES DE ANIMAIS CADASTRADOS NA COORDENADORIA EXECUTIVA DE BEM-ESTAR ANIMAL PARA REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS DE ADOÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

Art. 6º-A No último sábado de cada mês o Centro de Adoção Permanente “Cão Gabriel” estará disponível para a realização de campanhas de adoção de animais domésticos por protetores de animais cadastrados na Coordenadoria Executiva de Bem-Estar Animal do Gabinete do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. As campanhas realizadas nos termos do “caput” deste artigo deverão ter identificação visual própria.

Art. 6º-B Os animais disponíveis para adoção devem estar saudáveis, castrados, microchipados e vacinados, conforme o disposto no § 4º do art. 4º desta lei.

Art. 6º-C Para realização da campanha de adoção de animais domésticos, o protetor responsável deverá enviar à Coordenadoria Executiva de Bem-Estar Animal do Gabinete do Prefeito Municipal, até 5 (cinco) dias antes da data pretendida, a lista dos animais que participarão da campanha, bem como os dados relativos à microchipagem e à carteira de vacinação de cada um; após a realização da campanha, o protetor responsável deverá informar à



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Coordenadoria Executiva de Bem-Estar Animal do Gabinete do Prefeito Municipal quantos e quais animais foram adotados.

Art. 6º-D Ao protetor responsável pela campanha de adoção de animais domésticos caberá:

I – a retirada, junto à Coordenadoria Executiva de Bem-Estar Animal do Gabinete do Prefeito Municipal, da chave do espaço 1 (um) dia antes do evento, bem como sua devolução no 1º (primeiro) dia útil seguinte;

II – a limpeza do Centro de Adoção Permanente “Cão Gabriel” para realização da campanha de adoção; e

III – a manutenção, a abertura e o fechamento do espaço, sob as penalidades arroladas no Capítulo III desta lei.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “PREFEITO RUBENS CRUZ”, 1º de junho de 2023.

EDINHO SILVA
Prefeito Municipal